

Mais uma meta

Categories : [Reportagens](#)

No dia 10 de junho aconteceu no Rio de Janeiro uma reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, organização criada em 2000 para discutir os efeitos do aquecimento global e influenciar políticas públicas que busquem minimizá-los. Compareceram ao encontro representantes do governo, ONGs, e de alguns dos centros de pesquisa mais conceituados do país, além de estudantes. Para cobri-lo, só duas jornalistas – sendo que, depois de já começada a reunião, uma delas ainda estava sozinha, telefonando para os demais veículos de imprensa, tentando convencê-los da importância do que se passava ali. E não era eu.

Aquela não era uma reunião comum. Em vez de abordar questões climáticas específicas, foi “contaminada” na esteira dos debates sobre Amazônia que se seguiram à [divulgação dos últimos números do desmatamento](#). Nada por acaso. Segundo Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum, as queimadas na Amazônia, sozinhas, são responsáveis por cerca de 75% das emissões de gases de efeito estufa do Brasil.

Diversas foram as polêmicas e as sugestões de medidas para controlar a perda da floresta nos próximos anos. Desde o estabelecimento de uma política bélica agressiva na Amazônia até a criação de um programa de revolução tecnológica orçado em cerca de R\$ 1 bilhão por ano. Mas uma idéia sobressaiu: a criação de metas para o desflorestamento amazônico. A proposta não é inédita, mas na reunião assumiu pela primeira vez um status menos etéreo e mais realístico, segundo opinião de Adalberto Veríssimo, pesquisador do [Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia \(Imazon\)](#). Foi defendida por Pinguelli Rosa, que no encontro anterior arquitetou um anúncio mais amplo da idéia.

Embora diga que não tenha ainda propostas efetivas sobre os critérios que levariam à formulação dessa meta, o secretário-executivo do Fórum arrisca algumas hipóteses. “Poderíamos definir que a taxa de desmatamento do ano anterior não seja ultrapassada e que seja diferente de estado para estado”, sugere. Independentemente desses critérios, para o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, a idéia é boa, mas o desafio não é só do governo. “Tem que ser resultado de um acordo social e da comunidade científica”.

Mas estabelecer metas, simplesmente, não funciona. Para Veríssimo, é necessário reforçar os instrumentos vigentes de fiscalização e regulação para que se possa ter esperança nesse tipo de sugestão. Aliás, teoricamente já existe no país uma meta de desmatamento, já que, por lei, é permitido desflorestar na Amazônia no máximo 20% da área de cada propriedade. “O problema é que essa cota não é respeitada, caso contrário não teríamos 80% do desmatamento acontecendo de forma ilegal na região”, diz Veríssimo.

Todas as sugestões do Fórum foram filmadas e serão levadas num arquivo compacto à Casa

Civil. Por que não ao [Ministério do Meio Ambiente \(MMA\)](#)? Marcos Freitas, coordenador do [Instituto Virtual Internacional de Mudanças Climáticas \(Ivig\)](#), esclarece com todas as letras: “O MMA tem um grande poder de controle e um mínimo poder de execução”. Por isso, a responsabilidade política sobre o desmatamento parece estar mudando definitivamente de esfera. O próprio Capobianco arremata: “O problema do desmatamento não é mais da Marina, é do presidente Lula”.

Pinguelli Rosa espera que na próxima semana tenha chance de mostrar as discussões ao ministro José Dirceu e apressar a formulação dessa meta brasileira para o controle do desmatamento. “Vamos ver se o governo consegue digerir isso”.